

## CAPÍTULO 6

### **COMMODITIES**

Os problemas enfrentados pelas *commodities* agrícolas e minerais (excetuados os combustíveis) têm estreita relação com os que afligem a agricultura, pois aproximadamente 80 por cento das exportações de *commodities* – para os países em desenvolvimento e para o mundo em geral – são agrícolas. A despeito do progresso na diversificação das exportações e na ampliação das estruturas econômicas nacionais, a maioria dos países em desenvolvimento – 86 dos 144 sobre os quais existem dados disponíveis – ainda depende de *commodities* para obter mais da metade de sua receita de exportação. Esse número permaneceu praticamente constante nos últimos dez anos. Além disso, para muitos países, uma grande parcela da receita de exportação provém de um único produto primário, ou de um pequeno número dessas *commodities*. Em 55 países, a soma de três delas responde por mais da metade dos ganhos com a exportação.

#### **RESUMO HISTÓRICO**

Em abril de 1942, durante os preparativos para a conferência de Bretton Woods, em New Hampshire (EUA), John Maynard Keynes ([1942] 1974) apresentou aos Aliados um memorando em que propunha uma instituição internacional para regular os mercados mundiais de *commodities*, a qual seria uma das três grandes instituições internacionais necessárias para regular a economia do mundo após a 2ª Guerra Mundial. Sua proposta descreveu em linhas gerais uma série de acordos e organizações referentes às principais *commodities* (estanho, lã, trigo, milho, açúcar, café, algodão e borracha), que funcionariam de forma integrada, subordinados a um conselho geral de organizações voltadas para as *commodities*, e confiariam principalmente em estoques reguladores.

As negociações acerca de acordos internacionais sobre *commodities* não eram novas. Mesmo antes da 2ª Guerra Mundial, tinham-se firmado alguns sobre o açúcar, o trigo, o chá, a borracha natural e o estanho, com o objetivo de estabilizar preços ou garantir preços mínimos. Contudo, entre 1945 e 1964, só foram firmados acordos internacionais estabilizadores de preços sobre três dessas cinco *commodities* (trigo, açúcar e estanho), bem como sobre o café. A questão das *commodities* tornou-se uma das grandes preocupações que levaram à criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em 1964.

Depois da majoração do preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em 1973, e da conclamação feita em 1974 pela Assembléia Geral das Nações Unidas (1974, p. 6), pleiteando “um programa integrado para as *commodities* cuja exportação é de interesse dos países em desenvolvimento”, negociações conduzidas sob os auspícios da Unctad levaram à criação, em junho de 1980, do Fundo Comum para os Produtos Básicos, um mecanismo central de financiamento. Elas também resultaram na assinatura de três novos acordos internacionais de *commodities*: sobre a juta, a borracha natural e a madeira tropical. Destes, somente o acordo referente à borracha incluiu cláusulas econômicas de intervenção no mercado. Os outros, juntamente com os grupos de estudo internacionais sobre o níquel e o cobre, visavam aumentar a transparência do mercado, por meio da divulgação de estatísticas, da pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de outros projetos de desenvolvimento financiados pelo Fundo Comum para os Produtos Básicos. Depois do fracasso do Acordo Internacional do Estanho, em 1985, sucessivas renegociações dos outros acordos internacionais sobre *commodities* resultaram no abandono progressivo das cláusulas econômicas que objetivavam a estabilização de preços.

Desde a década de 1970, houve diversas ocorrências de peso nos mercados globais de *commodities*:

- As estruturas dos mercados mundiais de *commodities* sofreram alterações significativas, tanto pelo lado da demanda (por meio de fusões e aquisições) quanto pelo lado da oferta (mediante a abolição das juntas de comercialização). Embora, em muitas ocasiões, a concentração tenha sido útil para o gerenciamento dos mercados, e ainda que as fusões e aquisições possam desempenhar um papel proveitoso, as mudanças havidas nas estruturas de mercado tornam ainda mais difícil que nos anos 1970 firmar acordos internacionais sobre *commodities* que pretendam elevar os preços.
- Os países em desenvolvimento, particularmente os africanos e menos desenvolvidos, e o grupo de Países da África, Caribe e Pacífico (ACP) sofreram mais com a perda de suas fatias de mercado nas exportações mundiais de *commodities* (excluindo os combustíveis) do que com a queda dos preços de suas *commodities*. Entre 1970 e 1972 e 1998 e 1999, a participação da África nas exportações mundiais de *commodities* caiu de 8,6 por cento para 2,6 por cento; a do grupo ACP, de 8,4 por cento para 2,4 por cento; e a dos países menos desenvolvidos, de 4,7 por cento para 1,0 por cento. Se esses três grupos de países (que se superpõem em larga medida) houvessem conseguido manter suas fatias de mercado de 1970-1972, seus ganhos anuais médios

com as exportações em 1998-1999 teriam sido muito maiores: 41 bilhões de dólares a mais para a África, 45 bilhões a mais para o grupo ACP e 28 bilhões a mais para os países menos desenvolvidos. Essas perdas devem-se, em parte, à perda de competitividade e, em parte, ao protecionismo (por meio de barreiras comerciais mais altas e subsídios à exportação) dos países industrializados. Os países em desenvolvimento respondem hoje por apenas cerca de 26-29 por cento das exportações mundiais de *commodities*.

- Enquanto isso, quatorze dos quinze países da União Européia (todos, exceto a Dinamarca) aumentaram suas fatias de mercado nas exportações mundiais de *commodities*. O mesmo fizeram a China e alguns países recém-industrializados do Sudeste Asiático e da América Latina, como Indonésia, Tailândia e México. Considerando unicamente as exportações agrícolas, a fatia da União Européia aumentou de 28,1 por cento para 42,7 por cento entre 1970 e 2000; a da China, de 2,4 por cento para 4,3 por cento; a da Tailândia, de 0,9 por cento para 1,8 por cento; e a do México, de 1,3 por cento para 1,9 por cento.<sup>1</sup>
- A participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de produtos tropicais de sua produção exclusiva reduziu-se, uma vez que os países industrializados importam, misturam e embalam produtos primários brutos (ou simplesmente os embalam e lhes apõem suas marcas, sem misturá-los) para reexportação, por um valor muito mais alto (por exemplo, a participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de café reduziu-se de 93 por cento para 75 por cento entre 1970 e 1972 e entre 1998 e 1999).
- As exportações de *commodities* tradicionais dos países em desenvolvimento perderam importância, ultrapassadas por setores novos e dinâmicos desses produtos primários. Entre 1970 e 1972 e 1998 e 1999, o valor das exportações mundiais de café aumentou mais de 4,4 vezes (de 3,2 para 14,2 bilhões de dólares), e o valor das exportações de chá multiplicou-se 4,3 vezes (de 0,7 bilhão de dólares para 3,0 bilhões). Enquanto isso, o valor das exportações mundiais de legumes teve uma expansão de quase quatorze vezes (de 2,1 para 29,2 bilhões de dólares), o das de flores cortadas aumentou 22 vezes

---

1. Cálculos da Unctad, com base no banco de dados FAOSTAT da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Na União Européia, por exemplo, a França aumentou sua fatia de mercado de exportações agrícolas de 5,7 para 8,1 por cento entre 1970 e 2000; enquanto a Alemanha expandiu sua participação de 2,6 para 5,9 por cento; e o Reino Unido, de 2,7 para 4,1 por cento.

(de 0,2 bilhão de dólares para 4,4 bilhões de dólares), e as exportações de produtos avícolas aumentaram 41,5 vezes (de 200 milhões para 8,3 bilhões de dólares). O café, que era a principal fonte de receita dos países em desenvolvimento nas exportações de *commodities*, ocupa agora apenas o quinto lugar – atrás de peixes, óleos vegetais, frutas e madeira.

- Os preços de várias *commodities* de exportação importantes dos países em desenvolvimento despencaram desde meados dos anos 1990, levando a perdas maciças na obtenção de divisas.
- Os países em desenvolvimento recém-industrializados tornaram-se os mais dinâmicos importadores de *commodities*, o que sublinha a importância do comércio direto desses produtos no mercado Sul–Sul.

### A SITUAÇÃO ATUAL

Dada a história dos acordos internacionais sobre *commodities* e outros desdobramentos ocorridos desde os anos 1970, o comércio da maioria desses produtos, diversamente do de outros produtos agrícolas e industriais, continua a ocorrer fora da estrutura do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, muitas, se não a maioria das *commodities*, estão sujeitas a picos tarifários e à escalada tarifária, especialmente nos países industrializados. Além disso, numerosas ações *antidumping* e o ressurgimento de restrições voluntárias à exportação vêm anulando os benefícios potenciais da liberalização no setor de minerais e metais.

O colapso dos preços de várias *commodities* essenciais cuja exportação é de interesse dos países em desenvolvimento, desde meados da década de 1990, tem alimentado a reivindicação de programas de gerenciamento da oferta por parte de associações produtoras dos países em desenvolvimento (nos moldes da Opep), com o objetivo de elevar o nível desoladoramente baixo dos preços das exportações de *commodities* desses países. A queda nos preços e nas receitas de exportação tem tido consequências dramáticas para o desenvolvimento humano, traduzidas em redução do emprego, dos salários, da renda, da segurança dos meios de subsistência e do bem-estar social (ver quadros 6.1 e 6.2). Safras de exportação típicas dos países em desenvolvimento, como chá, café, algodão e açúcar, são comumente colhidas por trabalhadores diaristas temporários, não protegidos e não registrados, muitos dos quais, em alguns países, são mulheres.

QUADRO 6.1  
**O caso do café**

Em 2001, o preço de referência composto do café estava em 44,62 centavos por libra-peso, uma baixa recorde em trinta anos, e colocava-se 68 por cento abaixo da média de 138,04 centavos em 1995. Para os exportadores dos países em desenvolvimento, essa queda do preço representa uma perda anual de receita de exportação estimada em sete bilhões de dólares. O preço real (corrigido pela inflação) dos grãos de café caiu para apenas 25 por cento de seu nível de 1960, de modo que o dinheiro ganho pelos produtores com o café só pode comprar um quarto do que comprava há quarenta anos (ver gráfico).

**Impacto nos preços de exportação, na receita, no emprego e nos salários**

O setor cafeeiro de vários países latino-americanos e caribenhos entrou em uma crise sem precedentes, com repercussões no desempenho da economia, no balanço de pagamentos, no emprego e na renda. Os países mais duramente atingidos foram Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Só em 2001, os países da América Central perderam 713 milhões de dólares de receita do café (comparados a sua receita média de exportação do fim dos anos 1980), o que equivale a 1,2 por cento do PIB da região nesse ano. Também em 2001, aproximadamente 170 mil empregos foram perdidos na cafeicultura, bem como 140 milhões de dólares em salários. O desemprego e os salários mais baixos do setor cafeeiro afetaram aproximadamente 1,6 milhão de pessoas dos grupos mais pobres da população.

Em El Salvador, a receita da exportação de café caiu de 311 milhões de dólares em 2000 para 130 milhões em 2001, e para um total estimado de 100 milhões de dólares em 2002. A expectativa é que os empregos diretos oferecidos pelos cafeicultores do país tenham uma queda de 150 mil em 1997 para 80 mil em 2002. Na Guatemala, a força de trabalho para a colheita da safra de 2001/2002 foi reduzida à metade, passando de 500 mil para 250 mil trabalhadores. Na Colômbia, onde a produção de café representa 2 por cento do PIB e mais de 500 mil famílias dependem da cafeicultura como meio de subsistência, o declínio da indústria cafeeira em 2001 levou à perda de 257 mil postos de trabalho, dos quais 181 mil no setor cafeeiro.

A mesma história se repete em partes da África subsaariana. A receita de exportação de café da Etiópia caiu 42 por cento, de 257 para 149 milhões de dólares, entre 1999 e 2000 e entre 2000 e 2001. Em Uganda, onde aproximadamente um quarto da população depende de algum modo do café, as exportações do produto no período de oito meses anterior a junho de 2002 mantiveram-se quase no mesmo volume do ano anterior, enquanto a receita caiu quase 30 por cento. No estado de Karnataka, no sul da Índia, que produz grande parte do café indiano, o número de trabalhadores dos cafezais teve uma queda de 20 por cento nos últimos dois anos.

Os países altamente dependentes da receita de exportação do café estão em dupla desvantagem. Enquanto o preço de suas exportações tende a cair com o tempo, os preços de suas importações, muitas vezes de produtos manufaturados, não caem ou caem mais lentamente. A Oxfam International informa que um cafeeiro dos países produtores teria de vender, atualmente, mais

(continua)

(continuação)

que o dobro dos grãos de café vendidos em 1980 para comprar um canivete suíço. Uma situação similar se dá com a dívida e o serviço da dívida, que são fixados em dólares americanos. Para Uganda, por exemplo, o valor decrescente das exportações de café tem anulado os benefícios do perdão da dívida concedido nos termos da iniciativa concernente aos Países Pobres Altamente Endividados (Hipc).

### **Impacto na renda e nos meios de subsistência dos agricultores**

Em flagrante contraste com a explosão de crescimento da indústria cafeeira nos países industrializados consumidores, e também com os excepcionais lucros inesperados dos torrefatores e beneficiadores de café, os cafeicultores dos países em desenvolvimento estão atravessando a pior crise de todos os tempos. Mais de 125 milhões de pessoas dependem do café para sua sobrevivência, grande parte delas nos países menos desenvolvidos. O recente colapso dos preços do café atingiu as economias rurais do mundo inteiro, mesmo em países (como o Brasil e o Vietnã) nos quais os custos de produção são baixos. No Brasil, os baixos retornos levaram à redução de gastos por parte dos produtores e ao aumento do desemprego. No Vietnã, um dos produtores de mais baixo custo no mundo, uma pesquisa na província de Dak Lak sugere que o preço que os produtores estavam recebendo no início de 2002 cobria apenas 60 por cento de seus custos de produção.

### **Preço real do café, 1960–2000**

Nota: O deflator de preços é o índice de valor unitário de produtos manufaturados dos países do G-5 (G-7 menos Canadá e Itália), em dólares constantes dos EUA em 1990.

Fonte: Oxfam International, 2002, com base em dados do Banco Mundial.

Os produtores endividados cuja renda depende primordialmente do café, inclusive para a compra de alimentos, têm sido forçados a vender seus cafezais para pagar dívidas. Muitos tiveram que se mudar para as cidades ou juntar-se ao fluxo ilegal de trabalhadores que emigram para os países industrializados. Outros tiveram de passar para culturas alternativas – inclusive de drogas proibidas –,

(continua)

(continuação)

como ocorreu na Colômbia, em partes da Ásia e em grande parte da América Central. Na Bolívia, na Colômbia e no Peru, onde as condições exigidas pelo plantio do café assemelham-se às do plantio da coca – matéria-prima da cocaína –, os lavradores vêm substituindo o café pela coca. Isso traz seu próprio conjunto de problemas – assaltos, estupros, prostituição e guerra de quadrilhas.

### **O impacto nas famílias**

Em março de 2002, o Programa Mundial de Alimentos relatou que a crise cafeeira, combinada com os efeitos da seca, fizera que 30 mil hondurenhos passassem fome, com centenas de crianças tão desnutridas que tiveram de ser hospitalizadas. Informou também que os cafeicultores estavam vendendo seus bens e reduzindo a alimentação. Na província de Dak Lak, no Vietnã, os agricultores que dependem exclusivamente do café são hoje classificados como “quase famintos”. Em janeiro de 2002, a União Européia e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) alertaram para o aumento da pobreza e os problemas de segurança alimentar entre os cafeicultores da Etiópia. Mohammed Ali Indris, um cafeicultor etíope de 36 anos, entrevistado em março de 2002, deu uma idéia vívida de como o colapso dos preços havia afetado sua vida. Como chefe de uma família de doze membros, inclusive os filhos de seu irmão falecido, estimou ele que ganhará apenas 60 dólares com a venda conjunta de café e milho em 2002, comparados a cerca de 360 dólares, cinco anos antes:

Cinco ou sete anos atrás, eu produzia sete sacas de drupas vermelhas [café não processado], e isso bastava para comprar roupas, remédios e serviços, e para resolver inúmeros problemas. Mas, agora, mesmo que eu venda quatro vezes mais, é impossível cobrir todas as minhas despesas. Tive de vender meus bois para pagar o empréstimo que contrái para comprar fertilizantes e sementes de milho beneficiadas, senão iria para a cadeia. (...) Antigamente, podíamos cobrir as despesas, mas agora não. (...) Três das crianças não podem ir à escola, porque não tenho como pagar o uniforme. Paramos de comprar *teff* [cereal africano] e óleo comestível. Estamos comendo principalmente milho. A pele das crianças está ficando ressecada e elas andam dando sinais de desnutrição.

A fome é particularmente aguda nas famílias que decidiram dedicar uma parte maior de suas terras ao plantio de café, e não a culturas de subsistência. Sempre que o café serve de lavoura comercial para produtores engajados na agricultura de subsistência (como em muitos países africanos e alguns países asiáticos), há uma renda substancialmente menor em dinheiro para os gastos com alimentação, remédios e educação. As famílias que dependem do dinheiro gerado pelo café estão tirando seus filhos da escola, principalmente as meninas. A crise dos preços também afeta diretamente as mulheres, uma vez que o chefe da família comumente vai trabalhar noutro lugar, pelo menos durante parte do ano, deixando às mulheres e crianças a tarefa de cultivar a terra. A carga de trabalho feminina também aumentou nas famílias que costumavam contratar mão-de-obra informal para ajudar na colheita do café. As mulheres têm de suportar a carga extra de trabalho, agora que essas famílias não podem mais remunerar a mão-de-obra informal.

Fonte: Megzari, 2002; Oxfam International, 2002; Fonseca, 2002; Osorio, 2002.

QUADRO 6.2  
**O caso do algodão**

É provável que a mão-de-obra global diretamente envolvida na produção de algodão, no nível dos algodoads, ultrapasse 100 milhões de trabalhadores, embora pelo menos o dobro desse número de pessoas se beneficie da cotonicultura nas famílias da zona rural. Além do emprego direto nas fazendas, a produção de algodão também proporciona emprego no descaroçamento, no transporte e na comercialização do produto. Muitos países menos desenvolvidos dependem maciçamente da produção e da exportação do algodão. Mas, ao contrário do café, que é produzido exclusivamente em países em desenvolvimento, o algodão também é produzido em países industrializados.

Grande parte da superprodução algodoeira e o resultante colapso de seus preços devem-se aos subsídios à produção e à exportação, sobretudo nos países industrializados (em 2001, o preço médio da libra de algodão, em dólares americanos, estava cerca de 52 por cento abaixo do preço médio de 1995.) O Comitê Consultivo Internacional do Algodão estima que a abolição desses subsídios elevaria o preço mundial em quase 75 por cento. Isso proporcionaria mais de 1,2 bilhão de dólares anuais de renda adicional para os cotonicultores africanos, a maioria dos quais vive nos países menos desenvolvidos.

O declínio dos ganhos com a exportação e da receita governamental nos países em desenvolvimento afeta o investimento em serviços públicos e a disponibilidade destes, inclusive de assistência médica, serviços de extensão agrícola e manutenção de ramais rodoviários. Além disso, os ganhos dos exportadores de algodão de países industrializados em termos de participação no mercado, obtidos graças à maior produção e aos subsídios à exportação, têm levado a perdas significativas no emprego e na renda rurais em alguns países em desenvolvimento – particularmente os menos desenvolvidos –, o que contribui para a disseminação da pobreza.

Enquanto os subsídios protegem os produtores algodoeiros dos países industrializados contra os efeitos negativos das quedas de preços, e podem até alargar suas fatias de mercado e elevar sua renda, os cotonicultores dos países em desenvolvimento têm que arcar com os efeitos diretos da perda de renda pecuniária e os efeitos indiretos da perda de ganhos com a exportação e de receita governamental. O declínio da renda em dinheiro tem diminuído seu acesso à alimentação básica, aos medicamentos, à educação para os filhos, às telecomunicações e aos insumos de produção, o que reduz ainda mais sua capacidade produtiva e sua renda futura.

Fontes: Megzari, 2002; Fortucci, 2002.



### QUADRO 6.3

#### O caso da manteiga de carité

A manteiga de carité é produzida da noz de carité [*Butyrospermum parkii*], que cresce numa árvore nativa de vários países africanos. Burquina Fasso, com 1 milhão dessas árvores, responde por 25 por cento da produção mundial da noz. Esse volume é consumido localmente e exportado para a Europa e o Japão, para a produção de manteiga de carité, usada no chocolate, na margarina, em cosméticos e em produtos farmacêuticos.

Durante o período colonial, a manteiga de carité destinada à exportação para a Europa era produzida e controlada mais ou menos como as outras *commodities* de exportação. As nozes eram colhidas e vendidas na comunidade, com baixo retorno para os cultivadores e para as pessoas que as preparavam para exportação, a maioria das quais eram mulheres. As instalações de processamento do carité foram criadas por empresas coloniais em Bobo Dioulasso, onde se faziam a purificação inicial e o empacotamento, para facilitar o transporte para o mercado mundial.

Com a independência, essa cadeia foi rompida e substituída por serviços intermediários não regulamentados, no nível nacional. As tentativas de regulamentar essa *commodity* e criar um conselho nacional para estabilizar seus preços em Burquina Fasso fracassaram, e o acesso ao financiamento para apoiar a exportação de nozes e manteiga de carité tornou-se difícil. Mas dois mercados tiveram um crescimento sistemático:

- A indústria de cosméticos, na qual as virtudes naturais da manteiga de carité superam as de outras alternativas, na produção de loções para o cabelo e cremes hidratantes e cicatrizantes. A passagem da produção de margarina para a de produtos de beleza levou a uma demanda de manteiga de carité de melhor qualidade.
- A indústria de chocolate, especialmente depois que a União Européia adotou a manteiga de carité como possível substituta da manteiga de cacau.

O crescimento desses mercados permitiu que as mulheres aumentassem sua renda, produzindo localmente a manteiga de carité e, desse modo, adicionando valor a tal *commodity*.

O colapso de várias grandes *commodities* de exportação, incluindo o cacau, abriu um novo espaço para os "setores de *commodities* dinâmicas", como a manteiga de carité e outros óleos vegetais. Para aproveitar os novos mercados, entretanto, os produtores de carité precisavam estar aptos a negociar um bom preço para seus produtos. Os ganhos com a maior produção de manteiga de carité de alta qualidade tinham que ultrapassar os da agricultura e da lavoura de subsistência, que as mulheres ainda consideravam sua principal fonte de sustento.

O financiamento recebido de várias fontes – governo de Luxemburgo, Fundo das Nações Unidas para Parcerias Internacionais e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – apoiou a organização das produtoras sob a forma de um consórcio, facultando-lhes o acesso a mercados maiores e à negociação de melhores preços. Como membro e, mais tarde, co-dirigente do conselho nacional de produtores de carité, o consórcio pôde fixar um preço básico comum, três vezes superior ao preço de 1998. Em seguida, passou a negociar diretamente com empresas

(continua)

(continuação)

européias, notadamente a L'Occitane, empresa francesa de cosméticos que abastece a Delta Airlines com produtos baseados em manteiga de carité para uso em seus vôos. Em janeiro de 2000, nos termos de seu primeiro contrato com o consórcio, a L'Occitane comprou cerca de sessenta toneladas de manteiga de carité de alta qualidade pelo dobro do preço no mercado local.

Adicionar valor a *commodities* em estado natural, processando-as localmente, é um passo em direção à maior competitividade no mercado mundial. Mas esses ganhos continuam modestos no contexto do mercado global de hoje, no qual o poder de negociação dos produtores de *commodities* é continuamente desgastado e no qual, ainda, permite-se um amplo sortimento de substitutos mais baratos.

Fontes: Unifem, 2000; Zaoude, 2002.

### PROPOSTAS PARA O FUTURO

No quase-esquecimento internacional há muito tempo, a questão das *commodities* requer atenção urgente nas negociações comerciais multilaterais. A comunidade internacional deve examinar seriamente essa questão nas negociações pós-Doha na OMC. Deve também dar grande incentivo aos grupos de produtores de países em desenvolvimento que desejem formar coalizões Sul-Sul sobre *commodities* específicas, no intuito de aumentar seu poder de barganha no mercado internacional. Recentemente, alguns pequenos Estados insulares em desenvolvimento e um grupo de exportadores de uma só *commodity* fizeram propostas específicas na OMC, no contexto das negociações em andamento sobre a agricultura. Três dimensões da diversificação das *commodities* devem ser promovidas: a horizontal (novos produtos dinâmicos), a vertical (adição de valor) e a geográfica (novos mercados). A produção e a exportação de manteiga de carité pelas mulheres de Burquina Fasso ilustram o que é possível quando essa promoção é feita (ver quadro 6.3).

#### Lado da oferta

É preciso abordar as restrições à oferta dos países em desenvolvimento e, em particular, reforçar sua capacidade de processar produtos primários, adicionando-lhes valor antes de exportá-los. Convém dar atenção especial à diferenciação dos produtos, ou “descommoditização” das *commodities* de exportação dos países em desenvolvimento, para permitir que eles recebam os benefícios dos produtos com qualidades especiais (como os cafés *gourmet* e os chás de alta qualidade).

Sempre que possível, a comunidade internacional deve estimular os programas internacionais voltados para a gestão voluntária da oferta, com vista a buscar melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda. Tais programas evitariam o desperdício de investimento, o esgotamento de recursos naturais não-

renováveis e a excessiva volatilidade dos preços. Devem, ademais, ajudar os produtores de *commodities* de alto custo a superar as barreiras à exportação.

### **Acesso ao mercado**

Como foi proposto no capítulo 5, o sistema multilateral de comércio precisa racionalizar as estruturas tarifárias e os subsídios na agricultura, bem como permitir que os países em desenvolvimento apóiem seus próprios mercados. Há urgente necessidade de reduzir os picos tarifários e eliminar a escalada tarifária, especialmente nos mercados dos países industrializados.

### **Financiamento**

As instituições financeiras regionais e internacionais e os doadores bilaterais devem levar em conta os efeitos em cadeia dos projetos de financiamento que visem aumentar a produção de uma *commodity* em um país em desenvolvimento. Tais projetos podem afetar o preço da *commodity* e os respectivos ganhos de exportação de outros países em desenvolvimento – e têm até contribuído para a queda dos preços. Os ganhos obtidos pela diversificação das *commodities* em um país não devem ser mais que compensados pelas perdas em todos os outros países produtores e exportadores.

Deve-se dar prioridade máxima às alocações de recursos que aprimorem a capacidade de P&D e a competitividade dos países em desenvolvimento, bem como a capacidade de seus pequenos agricultores e produtores de fornecer e comercializar novas *commodities*, com perspectivas dinâmicas de mercado e potencial para uma significativa agregação local de valor, incluindo os produtos orgânicos. Para dar respaldo a isso, todos os países da OCDE devem aderir ao Fundo Comum para os Produtos Básicos, e convém dar a essa instituição recursos suficientes para que suas operações atinjam uma massa crítica.

O que também justifica uma prioridade máxima é a criação de mecanismos eficazes de compensação financeira, para ajudar a compensar as receitas de exportação que fiquem aquém do esperado. Os instrumentos de gerenciamento de risco baseados no mercado têm-se mostrado ineficazes em períodos superiores a aproximadamente um ano, sobretudo no caso dos países menos desenvolvidos, cujas necessidades são as mais prementes. A assistência oficial ao desenvolvimento pode desempenhar um papel anticíclico nesse aspecto, pelo menos a curto prazo.

Deve-se dar apoio efetivo aos agricultores e outros produtores de *commodities* dos países em desenvolvimento, para habilitá-los a ter acesso a mecanismos multilaterais apropriados de gerenciamento de risco no tocante às *commodities*, ou a novos esquemas alternativos que combinem o seguro tradicional limitado

(como contra catástrofes naturais) com novos instrumentos de gerenciamento de risco. E uma vez que as mulheres, que compõem a grande maioria dos pequenos agricultores, têm tradicionalmente enfrentado um acesso restrito ao crédito, esses programas de gerenciamento de risco devem ser talhados especialmente para elas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution on the establishment of a new international economic order**. New York, 1974. Adopted at the Sixth Special Session of the United Nations General Assembly. Resolution 3202 (S-VI), A/9559.

FAO (Organização para Alimentos e Agricultura). **FAOSTAT database**. Rome, 2002. Disponível em: <<http://apps.fao.org/page/collections?subset=agriculture>>. Acesso em: 12 Sept. 2002.

FONSECA, Luz Amparo. **The coffee sector in Colombia**. Santiago, Chile: United Nations Economic Commission for Latin America e the Caribbean, 2002.

FORTUCCI, P. **The contribution of cotton to economy and food security in developing countries**. Washington, DC, 2002. Paper prepared for the International Cotton Advisory Committee.

KEYNES, J. M. The International Control of Raw Materials. **Journal of international economics**, n. 4, p. 299–315, [1942] 1974.

MEGZARI, Abdelaziz. **The commodities issue: preliminary suggestions for the contents of a box on commodities**. New York: United Nations Development Programme, 2002. Background note for Trade e Sustainable Human Development Project.

OSORIO, Néstor. **Aide-memoire on the global coffee crisis**. London: International Coffee Organization, 2002.

OXFAM INTERNATIONAL. **Mugged: poverty in a coffee cup**. Oxford, 2002.

UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). **Commodities yearbook**. Geneva, 1994.

UNIFEM (United Nations Development Fund for Women). **Progress of the world's women**. New York, 2000.

ZAOUDE, Aster. **The case of manteiga de carité in Burkina Faso**. New York: United Nations Development Programme, 2002. Background note for Trade e Sustainable Human Development Project.